

NOTA PRÉVIA À 26ª EDIÇÃO

Desde a última edição desta obra, foram muitas e relevantes as alterações sofridas quer pelo Código Civil, quer por diplomas da legislação complementar dela constante.

Começando precisamente pelo Código Civil, o Acórdão do Tribunal Constitucional nº 299/2020 declarou a inconstitucionalidade do nº 8 do artigo 1091º; a Lei nº 65/2020, de 4 de novembro, relativa à residência alternada do filho em caso de divórcio, alterou o artigo 1906º; a Lei nº 72/2021, de 12 de novembro, que passou a permitir o recurso a técnicas de procriação medicamente assistida através da inseminação com sémen após a morte do dador, nos casos de projetos parentais expressamente consentidos, implicou alterações nos artigos 2033º e 2046º; e por último, a Lei nº 8/2022, de 10 de janeiro, reviu o regime da propriedade horizontal, alterando e aditando dispositivos ao Código Civil e ao Decreto-Lei nº 268/94, de 25 de outubro, que contém o referido regime.

Vários outros diplomas da legislação complementar apenas a esta obra foram alvo de alterações legislativas, a saber:

- o Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto, relativo ao direito real de habitação periódica;
- o Decreto-Lei nº 446/85, de 25 de outubro, sobre as cláusulas contratuais gerais;
- e a Lei nº 24/96, de 31 de julho, lei de defesa dos consumidores.

Todas estas alterações estão contempladas nesta nova edição, que assim se encontra totalmente atualizada e apta a ser uma valiosa ferramenta para todos quantos se cruzam com o Direito Civil na sua atividade profissional ou académica.

Coimbra, janeiro de 2022

CECÍLIA SANTOS

Decreto-Lei nº 47 344, de 25 de novembro de 1966

Usando da faculdade conferida pela 1ª parte do nº 2 do artigo 109º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1º – Aprovação do Código Civil

É aprovado o Código Civil que faz parte do presente decreto-lei.

Artigo 2º – Começo de vigência

1. O Código Civil entra em vigor no continente e ilhas adjacentes no dia 1 de Junho de 1967, à excepção do disposto nos artigos 1841º e 1850º, que começará a vigorar somente em 1 de Janeiro de 1968.

2. O código não é, porém, aplicável às acções que estejam pendentes nos tribunais no dia da sua entrada em vigor, salvo o disposto nos artigos 17º e 21º do presente decreto-lei.

Artigo 3º – Revogação do direito anterior

Desde que principie a vigorar o novo Código Civil, fica revogada toda a legislação civil relativa às matérias que esse diploma abrange, com ressalva da legislação especial a que se faça expressa referência.

Artigo 4º – Remissões para o Código de 1867

Todas as remissões feitas em diplomas legislativos para o Código Civil de 1867 consideram-se feitas para as disposições correspondentes do novo código.

Artigo 5º – Aplicação no tempo

A aplicação das disposições do novo código a factos passados fica subordinada às regras do artigo 12º do mesmo diploma, com as modificações e os esclarecimentos constantes dos artigos seguintes.

Artigo 6º – Pessoas colectivas

As disposições dos artigos 157º a 194º do novo Código Civil não prejudicam as normas de direito público contidas em leis administrativas.

Artigo 7º – Interdições

Os dementes, surdos-mudos ou pródigos que tenham sido total ou parcialmente interditos do exercício de direitos, ou venham a sê-lo em acções pendentes, mantêm o grau de incapacidade que lhes tiver sido ou vier a ser fixado na sentença ou que resultar da lei anterior.

Artigo 8º – Privilégios creditórios e hipotecas legais

1. Não são reconhecidos para o futuro, salvo em acções pendentes, os privilégios e hipotecas legais que não sejam concedidos no novo Código Civil, mesmo quando conferidos em legislação especial.

2. Exceptuam-se os privilégios e hipotecas legais concedidas ao Estado ou a outras pessoas colectivas públicas, quando se não destinem à garantia de débitos fiscais.

Artigo 9º – Sociedades universais e familiares

Às sociedades universais e familiares constituídas até 31 de Maio de 1967 serão aplicáveis, até à sua extinção, respectivamente, as disposições dos artigos 1243º a 1248º e 1281º a 1297º do Código Civil de 1867.

Artigo 10º – Arrendamentos em Lisboa e Porto

Enquanto não for revista a situação criada em Lisboa e Porto pela suspensão das avaliações fiscais para o efeito da actualização de rendas dos prédios destinados a habitação, mantém-se o regime excepional da Lei nº 2030, de 22 de Junho de 1948, quanto a esses arrendamentos.

Artigo 11º – Parceria agrícola

Ao contrato de parceria agrícola são aplicáveis, para o futuro, as disposições que regulam o arrendamento rural.

Artigo 12º – Foros do Estado

Na determinação do quantitativo do laudémio nos foros do Estado, para efeitos do disposto no artigo 1517º do novo Código Civil, atender-se-á ao valor dos respectivos prédios que resulte da matriz.

Artigo 13º – Anulação do casamento

1. Os casamentos civis celebrados até 31 de Maio de 1967 não podem ser declarados nulos ou anulados, se para tal não houver fundamento reconhecido tanto pela

lei antiga como pela nova lei civil, a não ser que já esteja pendente, naquela data, a respectiva acção.

2. O disposto nos artigos 1639º e 1646º do novo código é aplicável às acções que forem intentadas depois de 31 de Maio de 1967, sem prejuízo do que, relativamente aos prazos, prescreve o artigo 297º do mesmo diploma.

Artigo 14º – Efeitos do casamento

O disposto nos artigos 1671º a 1697º do novo código é aplicável aos casamentos celebrados até 31 de Maio de 1967, mas em caso algum serão anulados os actos praticados pelos cônjuges na vigência da lei antiga, se em face desta não estiverem viciados.

Artigo 15º – Regime de bens

O preceituado nos artigos 1717º a 1752º só é aplicável aos casamentos celebrados até 31 de Maio de 1967 na medida em que for considerado como interpretativo do direito vigente, salvo pelo que respeita ao nº 2 do artigo 1739º

Artigo 16º – Doações para casamento e entre casados. Separação e divórcio

1. Sem prejuízo da regra estabelecida no nº 2 do artigo 2º deste decreto-lei, são aplicáveis aos casamentos celebrados até 31 de Maio de 1967 as disposições do novo Código Civil relativas à caducidade das doações para casamento, às doações entre casados, à separação dos cônjuges ou dos seus bens e ao divórcio.

2. Não pode, no entanto, ser decretada a separação judicial de pessoas e bens ou o divórcio de cônjuges casados até 31 de Maio de 1967 com fundamento em facto que não seja relevante segundo a lei vigente à data da sua verificação.

Artigo 17º – Conversão da separação em divórcio

O disposto nos artigos 1793º é aplicável nas acções pendentes e nos processos findos à data da entrada em vigor do novo Código Civil.

Artigo 18º – Impugnação da legitimidade

1. Até 31 de Outubro de 1967 pode o marido da mãe intentar acção de impugnação da paternidade, com fundamento em qualquer dos factos referidos nas alíneas c) e d) do artigo 1817º do novo Código Civil, relativamente ao filho nascido antes da entrada em vigor deste diploma, com prejuízo do disposto no artigo 1818º

2. Dentro do mesmo prazo serão recebidos nos tribunais de menores os requerimentos a que se refere o artigo 1820º, seguindo-se os demais termos da impugnação oficiosa, desde que o filho tenha menos de catorze anos de idade à data da apresentação do requerimento.

Artigo 19º – Acções de investigação de maternidade ou paternidade ilegítima

O facto de se ter esgotado o período a que se refere o nº 1 do artigo 1854º não impede que as acções de investigação de maternidade ou paternidade ilegítima sejam propostas até 31 de Maio de 1968, desde que não tenha caducado antes, em face da legislação anterior, o direito de as propor.

Artigo 20º – Filhos adulterinos

Os assentos secretos de perfilhação de filhos adulterinos, validamente lavrados ao abrigo da legislação vigente, tornar-se-ão públicos mediante averbamento oficioso sempre que sejam passadas certidões do respectivo registo de nascimento.

Artigo 21º – Tutela e curatela

As disposições do novo Código Civil relativas à tutela e à curatela são aplicáveis às tutelas e curatelas instauradas até 31 de Maio de 1967; porém, os tutores e os curadores já nomeados manter-se-ão nos seus cargos enquanto deles não se escusarem ou enquanto não forem removidos ou exonerados.

Artigo 22º – Declaração de nulidade ou anulação de testamento ou de disposições testamentárias

Os testamentos anteriores a 31 de Maio de 1967 e as disposições testamentárias neles contidas só podem ser declarados nulos ou anulados, por vício substancial ou de forma, se o respectivo fundamento for também reconhecido pelo novo Código Civil, salvo se a acção já estiver pendente naquela data.

Artigo 23º – Testamentaria

As atribuições do testamenteiro são as que lhe forem fixadas pela lei vigente à data da feitura do testamento.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Novembro de 1966.

– AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ – *António de Oliveira Salazar* – *António Jorge Martins da Mota Veiga* – *Manuel Gomes de Araújo* – *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* – *João de Matos Antunes Varela* – *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* – *Joaquim da Luz Cunha* – *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* – *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* – *Eduardo de Arantes e Oliveira* – *Joaquim Moreira da Silva Cunha* – *Inocêncio Galvão Teles* – *José Gonçalves da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* – *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* – *José João Gonçalves de Proença* – *Francisco Pereira Neto de Carvalho*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO CIVIL

DECRETO-LEI Nº 47344, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1966

LIVRO I Parte Geral

TÍTULO I Das leis, sua interpretação e aplicação

CAPÍTULO I Fontes do direito

CAPÍTULO II Vigência, interpretação e aplicação das leis

CAPÍTULO III Direitos dos estrangeiros e conflitos de leis

SECÇÃO I Disposições gerais

SECÇÃO II Normas de conflitos

SUBSECÇÃO I Âmbito e determinação da lei pessoal

SUBSECÇÃO II Lei reguladora dos negócios jurídicos

SUBSECÇÃO III Lei reguladora das obrigações

SUBSECÇÃO IV Lei reguladora das coisas

SUBSECÇÃO V Lei reguladora das relações de família

SUBSECÇÃO VI Lei reguladora das sucessões

TÍTULO II Das relações jurídicas

SUBTÍTULO I Das pessoas

CAPÍTULO I Pessoas singulares

SECÇÃO I Personalidade e capacidade jurídica

SECÇÃO II Direitos de personalidade

SECÇÃO III Domicílio

SECÇÃO IV Ausência

SUBSECÇÃO I Curadoria provisória

SUBSECÇÃO II Curadoria definitiva

SUBSECÇÃO III Morte presumida

SUBSECÇÃO IV Direitos eventuais do ausente

SECÇÃO V Menores e maiores acompanhados

SUBSECÇÃO I Condição jurídica dos menores

7

11

11

11

12

14

14

16

16

18

19

20

20

23

24

24

24

24

25

27

28

28

30

32

33

33

33

SUBSECÇÃO II Maioridade e emancipação	35
SUBSECÇÃO III Maiores acompanhados	36
CAPÍTULO II Pessoas colectivas	40
SECÇÃO I Disposições gerais	40
SECÇÃO II Associações	42
SECÇÃO III Fundações	46
CAPÍTULO III Associações sem personalidade jurídica e comissões especiais	49
SUBTÍTULO I-A Dos animais	51
SUBTÍTULO II Das coisas	51
SUBTÍTULO III Dos factos jurídicos	54
CAPÍTULO I Negócio jurídico	54
SECÇÃO I Declaração negocial	54
SUBSECÇÃO I Modalidades da declaração	54
SUBSECÇÃO II Forma	54
SUBSECÇÃO III Perfeição da declaração negocial	55
SUBSECÇÃO IV Interpretação e integração	57
SUBSECÇÃO V Falta e vícios da vontade	57
SUBSECÇÃO VI Representação	60
DIVISÃO I Princípios gerais	60
DIVISÃO II Representação voluntária	61
SUBSECÇÃO VII Condição e termo	63
SECÇÃO II Objecto negocial. Negócios usurários	64
SECÇÃO III Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico	65
CAPÍTULO II Actos jurídicos	67
CAPÍTULO III O tempo e a sua repercussão nas relações jurídicas	67
SECÇÃO I Disposições gerais	67
SECÇÃO II Prescrição	68
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	68
SUBSECÇÃO II Prazos da prescrição	70
SUBSECÇÃO III Prescrições presuntivas	71
SUBSECÇÃO IV Suspensão da prescrição	72
SUBSECÇÃO V Interrupção da prescrição	73
SECÇÃO III Caducidade	74
SUBTÍTULO IV Do exercício e tutela dos direitos	75
CAPÍTULO I Disposições gerais	75
CAPÍTULO II Provas	77
SECÇÃO I Disposições gerais	77
SECÇÃO II Presunções	78
SECÇÃO III Confissão	79
SECÇÃO IV Prova documental	81

SUBSECÇÃO I Disposições gerais	81
SUBSECÇÃO II Documentos autênticos	82
SUBSECÇÃO III Documentos particulares	83
SUBSECÇÃO IV Disposições especiais	85
SECÇÃO V Prova pericial	86
SECÇÃO VI Prova por inspecção	87
SECÇÃO VII Prova testemunhal	87
LIVRO II Direito das Obrigações	89
TÍTULO I Das obrigações em geral	89
CAPÍTULO I Disposições gerais	89
SECÇÃO I Conteúdo da obrigação	89
SECÇÃO II Obrigações naturais	90
CAPÍTULO II Fontes das obrigações	90
SECÇÃO I Contratos	90
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	90
SUBSECÇÃO II Contrato-promessa	91
SUBSECÇÃO III Pactos de preferência	92
SUBSECÇÃO IV Cessão da posição contratual	94
SUBSECÇÃO V Excepção de não cumprimento do contrato	95
SUBSECÇÃO VI Resolução do contrato	95
SUBSECÇÃO VII Resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias	96
SUBSECÇÃO VIII Antecipação do cumprimento. Sinal	97
SUBSECÇÃO IX Contrato a favor de terceiro	97
SUBSECÇÃO X Contrato para pessoa a nomear	99
SECÇÃO II Negócios unilaterais	100
SECÇÃO III Gestão de negócios	101
SECÇÃO IV Enriquecimento sem causa	103
SECÇÃO V Responsabilidade civil	104
SUBSECÇÃO I Responsabilidade por factos ilícitos	104
SUBSECÇÃO II Responsabilidade pelo risco	108
CAPÍTULO III Modalidades das obrigações	111
SECÇÃO I Obrigações de sujeito activo indeterminado	111
SECÇÃO II Obrigações solidárias	111
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	111
SUBSECÇÃO II Solidariedade entre devedores	112
SUBSECÇÃO III Solidariedade entre credores	114
SECÇÃO III Obrigações divisíveis e indivisíveis	115
SECÇÃO IV Obrigações genéricas	116
SECÇÃO V Obrigações alternativas	116
SECÇÃO VI Obrigações pecuniárias	117

SUBSECÇÃO I Obrigações de quantidade	117
SUBSECÇÃO II Obrigações de moeda específica	118
SUBSECÇÃO III Obrigações em moeda com curso legal apenas no estrangeiro	119
SECÇÃO VII Obrigações de juros	119
SECÇÃO VIII Obrigação de indemnização	120
SECÇÃO IX Obrigação de informação e de apresentação de coisas ou documentos	122
CAPÍTULO IV Transmissão de créditos e de dívidas	122
SECÇÃO I Cessão de créditos	122
SECÇÃO II Sub-rogação	125
SECÇÃO III Transmissão singular de dívidas	126
CAPÍTULO V Garantia geral das obrigações	127
SECÇÃO I Disposições gerais	127
SECÇÃO II Conservação da garantia patrimonial	127
SUBSECÇÃO I Declaração de nulidade	127
SUBSECÇÃO II Sub-rogação do credor ao devedor	128
SUBSECÇÃO III Impugnação pauliana	128
SUBSECÇÃO IV Arresto	130
CAPÍTULO VI Garantias especiais das obrigações	130
SECÇÃO I Prestação de caução	130
SECÇÃO II Fiança	131
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	131
SUBSECÇÃO II Relações entre o credor e o fiador	132
SUBSECÇÃO III Relações entre o devedor e o fiador	134
SUBSECÇÃO IV Pluralidade de fiadores	135
SUBSECÇÃO V Extinção da fiança	136
SECÇÃO III Consignação de rendimentos	137
SECÇÃO IV Penhor	138
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	138
SUBSECÇÃO II Penhor de coisas	139
SUBSECÇÃO III Penhor de direitos	141
SECÇÃO V Hipoteca	142
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	142
SUBSECÇÃO II Hipotecas legais	145
SUBSECÇÃO III Hipotecas judiciais	147
SUBSECÇÃO IV Hipotecas voluntárias	147
SUBSECÇÃO V Redução da hipoteca	148
SUBSECÇÃO VI Transmissão dos bens hipotecados	148
SUBSECÇÃO VII Transmissão da hipoteca	150
SUBSECÇÃO VIII Extinção da hipoteca	150

SECÇÃO VI Privilégios creditórios	151
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	151
SUBSECÇÃO II Privilégios mobiliários gerais	151
SUBSECÇÃO III Privilégios mobiliários especiais	152
SUBSECÇÃO IV Privilégios imobiliários	153
SUBSECÇÃO V Efeitos e extinção dos privilégios	153
SECÇÃO VII Direito de retenção	155
CAPÍTULO VII Cumprimento e não cumprimento das obrigações	156
SECÇÃO I Cumprimento	156
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	156
SUBSECÇÃO II Quem pode fazer e a quem pode ser feita a prestação	157
SUBSECÇÃO III Lugar da prestação	158
SUBSECÇÃO IV Prazo da prestação	159
SUBSECÇÃO V Imputação do cumprimento	160
SUBSECÇÃO VI Prova do cumprimento	161
SUBSECÇÃO VII Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento	161
SECÇÃO II Não cumprimento	162
SUBSECÇÃO I Impossibilidade do cumprimento e mora não imputáveis ao devedor	162
SUBSECÇÃO II Falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor	163
DIVISÃO I Princípios gerais	163
DIVISÃO II Impossibilidade do cumprimento	164
DIVISÃO III Mora do devedor	164
DIVISÃO IV Fixação contratual dos direitos do credor	166
SUBSECÇÃO III Mora do credor	166
SECÇÃO III Realização coactiva da prestação	167
SUBSECÇÃO I Acção de cumprimento e execução	167
SUBSECÇÃO II Execução específica	169
SECÇÃO IV Cessão de bens aos credores	170
CAPÍTULO VIII Causas de extinção das obrigações além do cumprimento	171
SECÇÃO I Dação em cumprimento	171
SECÇÃO II Consignação em depósito	172
SECÇÃO III Compensação	173
SECÇÃO IV Novação	174
SECÇÃO V Remissão	175
SECÇÃO VI Confusão	176

TÍTULO II Dos contratos em especial	177
CAPÍTULO I Compra e venda	177
SECÇÃO I Disposições gerais	177
SECÇÃO II Efeitos da compra e venda	178
SECÇÃO III Venda de coisas sujeitas a contagem, pesagem ou medição	180
SECÇÃO IV Venda de bens alheios	181
SECÇÃO V Venda de bens onerados	183
SECÇÃO VI Venda de coisas defeituosas	184
SECÇÃO VII Venda a contento e venda sujeita a prova	186
SECÇÃO VIII Venda a retro	187
SECÇÃO IX Venda a prestações	188
SECÇÃO X Venda sobre documentos	189
SECÇÃO XI Outros contratos onerosos	189
CAPÍTULO II Doação	190
SECÇÃO I Disposições gerais	190
SECÇÃO II Capacidade para fazer ou receber doações	191
SECÇÃO III Efeitos das doações	192
SECÇÃO IV Revogação das doações	194
CAPÍTULO III Sociedade	196
SECÇÃO I Disposições gerais	196
SECÇÃO II Relações entre os sócios	196
SECÇÃO III Relações com terceiros	199
SECÇÃO IV Morte, exoneração ou exclusão de sócios	200
SECÇÃO V Dissolução da sociedade	202
SECÇÃO VI Liquidação da sociedade e de quotas	202
CAPÍTULO IV Locação	205
SECÇÃO I Disposições gerais	205
SECÇÃO II Obrigações do locador	206
SECÇÃO III Obrigações do locatário	208
SUBSECÇÃO I Disposição geral	208
SUBSECÇÃO II Pagamento da renda ou aluguer	208
SUBSECÇÃO III Restituição da coisa locada	209
SECÇÃO IV Resolução e caducidade do contrato	210
SUBSECÇÃO I Resolução	210
SUBSECÇÃO II Caducidade	211
SECÇÃO V Transmissão da posição contratual	212
SECÇÃO VI Sublocação	213
SECÇÃO VII Arrendamento de prédios urbanos	213
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	213
SUBSECÇÃO II Celebração	214

SUBSECÇÃO III Direitos e obrigações das partes	215
DIVISÃO I Obrigações não pecuniárias	215
DIVISÃO II Rendas e encargos	216
SUBSECÇÃO IV Cessação	217
DIVISÃO I Disposições comuns	217
DIVISÃO II Cessação por acordo entre as partes	218
DIVISÃO III Resolução	218
SUBSECÇÃO V Subarrendamento	220
SUBSECÇÃO VI Direito de preferência	220
SUBSECÇÃO VII Disposições especiais do arrendamento para habitação	221
DIVISÃO I Âmbito do contrato	221
DIVISÃO II Duração	222
SUBDIVISÃO I Contrato com prazo certo	222
SUBDIVISÃO II Contrato de duração indeterminada	224
DIVISÃO III Transmissão	226
SUBSECÇÃO VIII Disposições especiais do arrendamento para fins não habitacionais	227
SECÇÃO VIII Arrendamento de prédios urbanos e arrendamento de prédios rústicos não abrangidos na secção precedente	229
CAPÍTULO V Parceria pecuniária	230
CAPÍTULO VI Comodato	231
CAPÍTULO VII Mútuo	233
CAPÍTULO VIII Contrato de trabalho	234
CAPÍTULO IX Prestação de serviço	235
CAPÍTULO X Mandato	235
SECÇÃO I Disposições gerais	235
SECÇÃO II Direitos e obrigações do mandatário	236
SECÇÃO III Obrigações do mandante	237
SECÇÃO IV Revogação e caducidade do mandato	237
SUBSECÇÃO I Revogação	237
SUBSECÇÃO II Caducidade	238
SECÇÃO V Mandato com representação	239
SECÇÃO VI Mandato sem representação	239
CAPÍTULO XI Depósito	240
SECÇÃO I Disposições gerais	240
SECÇÃO II Direitos e obrigações do depositário	240
SECÇÃO III Obrigações do depositante	242
SECÇÃO IV Depósito de coisa controvertida	242
SECÇÃO V Depósito irregular	243
CAPÍTULO XII Empreitada	243

SECÇÃO I Disposições gerais	243
SECÇÃO II Alterações e obras novas	244
SECÇÃO III Defeitos da obra	245
SECÇÃO IV Impossibilidade de cumprimento e risco pela perda ou deterioração da obra	247
SECÇÃO V Extinção do contrato	247
CAPÍTULO XIII Renda perpétua	248
CAPÍTULO XIV Renda vitalícia	249
CAPÍTULO XV Jogo e aposta	249
CAPÍTULO XVI Transacção	250
LIVRO III Direito das Coisas	251
TÍTULO I Da posse	251
CAPÍTULO I Disposições gerais	251
CAPÍTULO II Caracteres da posse	252
CAPÍTULO III Aquisição e perda da posse	253
CAPÍTULO IV Efeitos da posse	253
CAPÍTULO V Defesa da posse	255
CAPÍTULO VI Usucapião	256
SECÇÃO I Disposições gerais	256
SECÇÃO II Usucapião de imóveis	257
SECÇÃO III Usucapião de móveis	258
TÍTULO II Do direito de propriedade	259
CAPÍTULO I Propriedade em geral	259
SECÇÃO I Disposições gerais	259
SECÇÃO II Defesa da propriedade	260
CAPÍTULO II Aquisição da propriedade	261
SECÇÃO I Disposições gerais	261
SECÇÃO II Ocupação de coisas e animais	261
SECÇÃO III Acessão	263
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	263
SUBSECÇÃO II Acessão natural	263
SUBSECÇÃO III Acessão industrial mobiliária	264
SUBSECÇÃO IV Acessão industrial imobiliária	266
CAPÍTULO III Propriedade de imóveis	267
SECÇÃO I Disposições gerais	267
SECÇÃO II Direito de demarcação	269
SECÇÃO III Direito da tapagem	269
SECÇÃO IV Construções e edificações	270
SECÇÃO V Plantação de árvores e arbustos	271
SECÇÃO VI Paredes e muros de meação	272
SECÇÃO VII Fraccionamento e emparcelamento de prédios rústicos	274

SECÇÃO VIII Atravessadouros	276
CAPÍTULO IV Propriedade das águas	276
SECÇÃO I Disposições gerais	276
SECÇÃO II Aproveitamento das águas	277
SECÇÃO III Condomínio das águas	279
CAPÍTULO V Compropriedade	280
SECÇÃO I Disposições gerais	280
SECÇÃO II Direitos e encargos do comproprietário	281
CAPÍTULO VI Propriedade horizontal	282
SECÇÃO I Disposições gerais	282
SECÇÃO II Constituição	283
SECÇÃO III Direitos e encargos dos condóminos	284
SECÇÃO IV Administração das partes comuns do edifício	289
TÍTULO III Do usufruto, uso e habitação	293
CAPÍTULO I Disposições gerais	293
CAPÍTULO II Direitos do usufrutuário	294
CAPÍTULO III Obrigações do usufrutuário	297
CAPÍTULO IV Extinção do usufruto	299
CAPÍTULO V Uso e habitação	301
TÍTULO IV Da enfiteuse	302
TÍTULO V Do direito de superfície	302
CAPÍTULO I Disposições gerais	302
CAPÍTULO II Constituição do direito de superfície	303
CAPÍTULO III Direitos e encargos do superficiário e do proprietário	303
CAPÍTULO IV Extinção do direito de superfície	304
TÍTULO VI Das servidões prediais	305
CAPÍTULO I Disposições gerais	305
CAPÍTULO II Constituição das servidões	306
CAPÍTULO III Servidões legais	307
SECÇÃO I Servidões legais de passagem	307
SECÇÃO II Servidões legais de águas	308
CAPÍTULO IV Exercício das servidões	310
CAPÍTULO V Extinção das servidões	311
LIVRO IV Direito da Família	313
TÍTULO I Disposições gerais	313
TÍTULO II Do casamento	314
CAPÍTULO I Modalidades do casamento	314
CAPÍTULO II Promessa de casamento	315
CAPÍTULO III Pressupostos da celebração do casamento	316
SECÇÃO I Casamento católico	316
SECÇÃO II Casamento Civil	317

SUBSECÇÃO I Impedimentos matrimoniais	317
SUBSECÇÃO II Processo preliminar de casamento	319
CAPÍTULO IV Celebração do casamento civil	320
SECÇÃO I Disposições gerais	320
SECÇÃO II Casamentos urgentes	321
CAPÍTULO V Invalidade do casamento	322
SECÇÃO I Casamento católico	322
SECÇÃO II Casamento Civil	323
SUBSECÇÃO I Disposição geral	323
SUBSECÇÃO II Inexistência do casamento	323
SUBSECÇÃO III Anulabilidade do casamento	324
DIVISÃO I Disposições gerais	324
DIVISÃO II Falta ou vícios da vontade	325
DIVISÃO III Legitimidade	326
DIVISÃO IV Prazos	326
CAPÍTULO VI Casamento putativo	327
CAPÍTULO VII Sanções especiais	328
CAPÍTULO VIII Registo do casamento	329
SECÇÃO I Disposições gerais	329
SECÇÃO II Registo por transcrição	329
SUBSECÇÃO I Disposição geral	329
SUBSECÇÃO II Transcrição dos casamentos católicos celebrados em Portugal	330
SUBSECÇÃO III Transcrição dos casamentos civis urgentes	330
SUBSECÇÃO IV Transcrição dos casamentos de portugueses no estrangeiro	330
SUBSECÇÃO V Transcrição dos casamentos admitidos a registo	330
SECÇÃO III Efeitos do registo	330
CAPÍTULO IX Efeitos do casamento quanto às pessoas e aos bens dos cônjuges	331
SECÇÃO I Disposições gerais	331
SECÇÃO II Dívidas dos cônjuges	337
SECÇÃO III Convenções antenupciais	339
SECÇÃO IV Regimes de bens	345
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	345
SUBSECÇÃO II Regime da comunhão de adquiridos	345
SUBSECÇÃO III Regime da comunhão geral	348
SUBSECÇÃO IV Regime da separação	349
SUBSECÇÃO V Regime dotal	349
CAPÍTULO X Doações para casamento e entre casados	349

SECÇÃO I Doações para casamento	349
SECÇÃO II Doações entre casados	350
CAPÍTULO XI Simples separação judicial de bens	351
CAPÍTULO XII Divórcio e separação judicial de pessoas e bens	352
SECÇÃO I Divórcio	352
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	352
SUBSECÇÃO II Divórcio por mútuo consentimento	353
SUBSECÇÃO III Divórcio litigioso	355
SUBSECÇÃO IV Efeitos do divórcio	356
SECÇÃO II Separação judicial de pessoas e bens	358
TÍTULO III Da filiação	359
CAPÍTULO I Estabelecimento da filiação	359
SECÇÃO I Disposições gerais	359
SECÇÃO II Estabelecimento da maternidade	360
SUBSECÇÃO I Declaração de maternidade	360
SUBSECÇÃO II Averiguação oficiosa	361
SUBSECÇÃO III Reconhecimento judicial	363
SECÇÃO III Estabelecimento da paternidade	365
SUBSECÇÃO I Presunção de paternidade	365
SUBSECÇÃO II Reconhecimento de paternidade	371
DIVISÃO I Disposições gerais	371
DIVISÃO II Perfilhação	371
DIVISÃO III Averiguação oficiosa da paternidade	374
DIVISÃO IV Reconhecimento judicial	375
CAPÍTULO II Efeitos da filiação	376
SECÇÃO I Disposições gerais	376
SECÇÃO II Responsabilidades parentais	377
SUBSECÇÃO I Princípios gerais	377
SUBSECÇÃO II Responsabilidades parentais relativamente à pessoa dos filhos	379
SUBSECÇÃO III Responsabilidades parentais relativamente aos bens dos filhos	379
SUBSECÇÃO IV Exercício das responsabilidades parentais	383
SUBSECÇÃO V Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais	387
SUBSECÇÃO VI Registo das decisões relativas às responsabilidades parentais	389
SECÇÃO III Meios de suprir o poder paternal	390
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	390
SUBSECÇÃO II Tutela	391
DIVISÃO I Designação do tutor	391

DIVISÃO II	Direitos e obrigações do tutor	393
DIVISÃO III	Remoção e exoneração do tutor	396
DIVISÃO IV	Conselho de família	396
DIVISÃO V	Termo da tutela	398
DIVISÃO VI	Tutela de menores confiados a estabelecimentos de educação ou assistência	398
SUBSECÇÃO III	Administração de bens	398
TÍTULO IV	Da adoção	399
CAPÍTULO I	Disposições gerais	399
CAPÍTULO II	Adoção plena	401
CAPÍTULO III	Adoção restrita	405
TÍTULO V	Dos alimentos	405
CAPÍTULO I	Disposições gerais	405
CAPÍTULO II	Disposições especiais	408
LIVRO V	Direito das Sucessões	411
TÍTULO I	Das sucessões em geral	411
CAPÍTULO I	Disposições gerais	411
CAPÍTULO II	Abertura da sucessão e chamamento dos herdeiros e legatários	412
SECÇÃO I	Abertura da sucessão	412
SECÇÃO II	Capacidade sucessória	413
SECÇÃO III	Direito de representação	414
CAPÍTULO III	Herança jacente	415
CAPÍTULO IV	Aceitação da herança	416
CAPÍTULO V	Repúdio da herança	418
CAPÍTULO VI	Encargos da herança	418
CAPÍTULO VII	Petição da herança	420
CAPÍTULO VIII	Administração da herança	421
CAPÍTULO IX	Liquidação da herança	424
CAPÍTULO X	Partilha da herança	425
SECÇÃO I	Disposições gerais	425
SECÇÃO II	Atribuições preferenciais	426
SECÇÃO III	Colaço	426
SECÇÃO IV	Efeitos da partilha	429
SECÇÃO V	Impugnação da partilha	429
CAPÍTULO XI	Alienação de herança	430
TÍTULO II	Da sucessão legítima	431
CAPÍTULO I	Disposições gerais	431
CAPÍTULO II	Sucessão do cônjuge e dos descendentes	432
CAPÍTULO III	Sucessão do cônjuge e dos ascendentes	433
CAPÍTULO IV	Sucessão dos irmãos e seus descendentes	433

CAPÍTULO V Sucessão dos outros colaterais	434
CAPÍTULO VI Sucessão do Estado	434
TÍTULO III Da sucessão legítima	435
CAPÍTULO I Disposições gerais	435
CAPÍTULO II Redução de liberalidades	437
TÍTULO IV Da sucessão testamentária	438
CAPÍTULO I Disposições gerais	438
CAPÍTULO II Capacidade testamentária	440
CAPÍTULO III Casos de indisponibilidade relativa	440
CAPÍTULO IV Falta e vícios da vontade	442
CAPÍTULO V Forma do testamento	442
SECÇÃO I Formas comuns	442
SECÇÃO II Formas especiais	443
CAPÍTULO VI Conteúdo do testamento	446
SECÇÃO I Disposições gerais	446
SECÇÃO II Disposições condicionais, a termo e modais	447
SECÇÃO III Legados	450
SECÇÃO IV Substituições	455
SUBSECÇÃO I Substituição directa	455
SUBSECÇÃO II Substituição fideicomissária	456
SUBSECÇÃO III Substituições pupilar e quase-pupilar	458
SECÇÃO V Direito de acrescer	458
CAPÍTULO VII Nulidade, anulabilidade, revogação e caducidade dos testamentos e disposições testamentárias	459
SECÇÃO I Nulidade e anulabilidade	459
SECÇÃO II Revogação e caducidade	460
CAPÍTULO VIII Testamentaria	462

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

LEI Nº 9/2010, DE 31 DE MAIO	467
------------------------------	-----

MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVAM EM ECONOMIA COMUM

LEI Nº 6/2001, DE 11 DE MAIO	469
------------------------------	-----

MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS UNIÕES DE FACTO

LEI Nº 7/2001, DE 11 DE MAIO	473
------------------------------	-----

TESTAMENTO VITAL

LEI Nº 25/2012, DE 16 DE JULHO	479
CAPÍTULO I Disposições gerais	479
CAPÍTULO II Diretivas antecipadas de vontade	479
CAPÍTULO III Procurador e procuração de cuidados de saúde	483
CAPÍTULO IV Registo Nacional de Testamento Vital (RENTEV)	484
CAPÍTULO V Disposições finais	485

REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE ASSOCIAÇÕES

LEI Nº 40/2007, DE 24 DE AGOSTO	487
CAPÍTULO I Regime especial de constituição imediata de associações	487
CAPÍTULO II Alterações legislativas	492
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	495

NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO

LEI Nº 6/2006, DE 27 DE FEVEREIRO	497
TÍTULO I Novo Regime do Arrendamento Urbano	497
CAPÍTULO I Alterações legislativas	497
CAPÍTULO II Disposições gerais	499
SECÇÃO I Comunicações	499
SECÇÃO II Associações	501
SECÇÃO III Assédio no arrendamento	501
SECÇÃO IV Resolução de litígios	503
SUBSECÇÃO I Ações judiciais	503
SUBSECÇÃO II Procedimento especial de despejo	504
SUBSECÇÃO III Injunção	514
SECÇÃO V Justo impedimento	516
SECÇÃO VI Consignação em depósito	516
SECÇÃO VII Determinação da renda	518
TÍTULO II Normas transitórias	518
CAPÍTULO I Contratos habitacionais celebrados na vigência do Regime do Arrendamento Urbano e contratos não habitacionais celebrados depois do Decreto-Lei nº 257/95, de 30 de setembro	518
CAPÍTULO II Contratos habitacionais celebrados antes da vigência do RAU e contratos não habitacionais celebrados antes do Decreto-Lei nº 257/95, de 30 de setembro	519
SECÇÃO I Disposições gerais	519
SECÇÃO II Arrendamento para habitação	520
SECÇÃO III Arrendamento para fim não habitacional	527

SECÇÃO IV Transmissão	529
TÍTULO III Normas finais	531
BALCÃO NACIONAL DO ARRENDAMENTO E PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO	
DECRETO-LEI Nº 1/2013, DE 7 DE JANEIRO	535
CAPÍTULO I Disposição geral	538
CAPÍTULO II Balcão Nacional do Arrendamento	538
CAPÍTULO III Procedimento especial de despejo	538
SECÇÃO I Requerimento de despejo	538
SECÇÃO II Oposição e outras peças processuais	539
SECÇÃO III Título para desocupação do locado e pedido de pagamento de rendas, encargos ou despesas	540
SECÇÃO IV Efetivação da desocupação e entrega do imóvel	542
SECÇÃO V Tramitação, comunicações, notificações e consulta do procedimento	543
SECÇÃO VI Agentes de execução e notários	544
CAPÍTULO IV Disposições complementares e finais	544
REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO	
PORTARIA Nº 9/2013, DE 10 DE JANEIRO	547
CAPÍTULO I Disposições gerais	548
CAPÍTULO II Procedimento especial de despejo	549
SECÇÃO I Requerimento de despejo	549
SECÇÃO II Oposição	552
SECÇÃO III Outras peças processuais	553
SECÇÃO IV Requerimento de autorização judicial para entrada imediata em domicílio	554
SECÇÃO V Notificações, comunicações e tramitação eletrónica	554
SECÇÃO VI Consulta eletrónica do processo e disponibilização do título para desocupação do locado	556
SECÇÃO VII Agente de execução e notário	557
SUBSECÇÃO I Designação, substituição e destituição	557
SUBSECÇÃO II Remuneração	560
CAPÍTULO III Ação de despejo	563
CAPÍTULO IV Disposições finais	565
ANEXO	566
REGIME DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO	
DECRETO-LEI Nº 160/2006, DE 8 DE AGOSTO	575

DEFINIÇÃO DO CONCEITO FISCAL DE PRÉDIO DEVOLUTO	
DECRETO-LEI Nº 159/2006, DE 8 DE AGOSTO	579
REGIMES DE DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO ANUAL BRUTO CORRIGIDO E DO SUBSÍDIO DE RENDA A ATRIBUIR AOS ARRENDATÁRIOS COM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO	
DECRETO-LEI Nº 156/2015, DE 10 DE AGOSTO	587
CAPÍTULO I Rendimento anual bruto corrigido	591
CAPÍTULO II Subsídio de renda	592
SECÇÃO I Disposições gerais	592
SECÇÃO II Subsídio para arrendamento em vigor	595
SECÇÃO III Subsídio para novo arrendamento	598
SECÇÃO IV Regime de arrendamento apoiado	598
SECÇÃO V Incumprimento e fiscalização	599
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	600
REGIME JURÍDICO DAS OBRAS EM PRÉDIOS ARRENDADOS	
DECRETO-LEI Nº 157/2006, DE 8 DE AGOSTO	603
SECÇÃO I Disposições comuns	605
SECÇÃO II Regime geral	606
SUBSECÇÃO I Iniciativa do senhorio	606
SUBSECÇÃO II Iniciativa do município ou da entidade gestora da operação de reabilitação urbana	612
SUBSECÇÃO III Execução de obras pelo arrendatário	615
SECÇÃO III Regime especial transitório	617
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	617
SUBSECÇÃO II Iniciativa do senhorio	617
SUBSECÇÃO III Iniciativa do município	619
SUBSECÇÃO IV Iniciativa do arrendatário	619
DIVISÃO I Âmbito de aplicação	619
DIVISÃO II Manutenção do arrendamento	619
DIVISÃO III Aquisição do locado pelo arrendatário	621
SECÇÃO IV Disposições sancionatórias	621
SECÇÃO V Disposições finais e transitórias	622
REGIME DE DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS	
DECRETO-LEI Nº 266-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO	625

FICHA DE AVALIAÇÃO PARA A DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS LOCADOS

PORTARIA Nº 1192-B/2006, DE 3 DE NOVEMBRO	633
SECÇÃO I Disposições gerais	635
SECÇÃO II Determinação do nível de conservação	635
SECÇÃO III Técnicos	641
SECÇÃO IV Determinação do coeficiente de conservação	641
SECÇÃO V Árbitros	642
SECÇÃO VI Disposições finais e transitórias	642

REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA

DECRETO-LEI Nº 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO	647
PARTE I Disposições gerais	651
PARTE II Regime da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana	655
CAPÍTULO I Disposições gerais	655
CAPÍTULO II Regime das áreas de reabilitação urbana	657
SECÇÃO I Disposição geral	657
SECÇÃO II Delimitação de áreas de reabilitação urbana	657
SECÇÃO III Operações de reabilitação urbana	658
SECÇÃO IV Planos de pormenor de reabilitação urbana	660
CAPÍTULO III Planeamento das operações de reabilitação urbana	664
SECÇÃO I Operações de reabilitação urbana simples	664
SECÇÃO II Operações de reabilitação urbana sistemática	665
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	665
SUBSECÇÃO II Planeamento e programação	665
CAPÍTULO IV Entidade gestora	668
CAPÍTULO V Modelos de execução das operações de reabilitação urbana	669
CAPÍTULO VI Instrumentos de execução de operações de reabilitação urbana	671
SECÇÃO I Controlo das operações urbanísticas	671
SUBSECÇÃO I Regime geral	671
SUBSECÇÃO II Procedimento simplificado de controlo prévio de operações urbanísticas	675
SECÇÃO II Instrumentos de política urbanística	678
SECÇÃO III Outros instrumentos de política urbanística	685
CAPÍTULO VII Participação e concertação de interesses	686
CAPÍTULO VIII Financiamento	687
PARTE III Regime especial da reabilitação urbana	689

PARTE IV Disposições sancionatórias	690
PARTE V Disposições transitórias e finais	693
SECÇÃO I Disposições transitórias	693
SECÇÃO II Disposições finais	695
 NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO RURAL	
DECRETO-LEI Nº 294/2009, DE 13 DE OUTUBRO	697
CAPÍTULO I Disposições gerais	699
CAPÍTULO II Forma e duração do contrato de arrendamento	702
CAPÍTULO III Renda	704
CAPÍTULO IV Cessação e transmissão do contrato de arrendamento	706
CAPÍTULO V Conservação e beneficiação dos prédios rústicos arrendados	710
CAPÍTULO VI Normas processuais	712
CAPÍTULO VII Disposições finais e transitórias	716
 DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PERIÓDICA	
DECRETO-LEI Nº 275/93, DE 5 DE AGOSTO	719
CAPÍTULO I Do direito real de habitação periódica	721
SECÇÃO I Disposições gerais	721
SECÇÃO II Constituição	723
SECÇÃO III Do certificado predial	728
SECÇÃO IV Da transmissão e oneração de direitos reais de habitação periódica	730
SECÇÃO V Direitos e deveres dos titulares de direitos reais de habitação periódica	734
SECÇÃO VI Da administração e conservação do empreendimento	736
SECÇÃO VII Destituição e substituição na administração do empreendimento	739
SECÇÃO VIII Da renúncia ao direito real de habitação periódica	741
SECÇÃO IX Publicidade, comercialização e formas de referência	741
CAPÍTULO II Dos direitos de habitação turística	742
CAPÍTULO III Das infracções e sua sanção	751
 REGIME DA PROPRIEDADE HORIZONTAL	
DECRETO-LEI Nº 268/94, DE 25 DE OUTUBRO	757

CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS

DECRETO-LEI Nº 446/85, DE 25 DE OUTUBRO	763
CAPÍTULO I Disposições gerais	766
CAPÍTULO II Inclusão de cláusulas contratuais gerais em contratos singulares	767
CAPÍTULO III Interpretação e integração das cláusulas contratuais gerais	768
CAPÍTULO IV Nulidade das cláusulas contratuais gerais	768
CAPÍTULO V Cláusulas contratuais gerais proibidas	769
SECÇÃO I Disposições comuns por natureza	769
SECÇÃO II Relações entre empresários ou entidades equiparadas	769
SECÇÃO III Relações com consumidores finais	771
CAPÍTULO VI Disposições processuais	773
CAPÍTULO VII Fiscalização e regime sancionatório	775
CAPÍTULO VIII Disposições finais e transitórias	776

LEI DE DEFESA DOS CONSUMIDORES

LEI Nº 24/96, DE 31 DE JULHO	779
CAPÍTULO I Princípios gerais	779
CAPÍTULO II Direitos do consumidor	780
CAPÍTULO III Carácter injuntivo dos direitos dos consumidores	787
CAPÍTULO IV Instituições de promoção e tutela dos direitos do consumidor	787
CAPÍTULO V Disposições finais	790

SUMÁRIO

CÓDIGO CIVIL

Decreto-Lei nº 47344, de 25 de novembro de 1966	7
---	---

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

Lei nº 9/2010, de 31 de maio	467
------------------------------	-----

MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVAM EM ECONOMIA COMUM

Lei nº 6/2001, de 11 de maio	469
------------------------------	-----

MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS UNIÕES DE FACTO

Lei nº 7/2001, de 11 de maio	473
------------------------------	-----

TESTAMENTO VITAL

Lei nº 25/2012, de 16 de julho	479
--------------------------------	-----

REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE ASSOCIAÇÕES

Lei nº 40/2007, de 24 de agosto	487
---------------------------------	-----

NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO

Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro	497
-----------------------------------	-----

BALCÃO NACIONAL DO ARRENDAMENTO E PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO

Decreto-Lei nº 1/2013, de 7 de janeiro	535
--	-----

REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO

Portaria nº 9/2013, de 10 de janeiro	547
--------------------------------------	-----

REGIME DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO Decreto-Lei nº 160/2006, de 8 de agosto	575
DEFINIÇÃO DO CONCEITO FISCAL DE PRÉDIO DEVOLUTO Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 de agosto	579
REGIMES DE DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO ANUAL BRUTO CORRIGIDO E DO SUBSÍDIO DE RENDA A ATRIBUIR AOS ARRENDATÁRIOS COM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO Decreto-Lei nº 156/2015, de 10 de agosto	587
REGIME JURÍDICO DAS OBRAS EM PRÉDIOS ARRENDADOS Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de agosto	603
REGIME DE DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de dezembro	625
FICHA DE AVALIAÇÃO PARA A DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS LOCADOS Portaria nº 1192-B/2006, de 3 de novembro	633
REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro	647
NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO RURAL Decreto-Lei nº 294/2009, de 13 de outubro	697
DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PERIÓDICA Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto	719
REGIME DA PROPRIEDADE HORIZONTAL Decreto-Lei nº 268/94, de 25 de outubro	757
CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS Decreto-Lei nº 446/85, de 25 de outubro	763
LEI DE DEFESA DOS CONSUMIDORES Lei nº 24/96, de 31 de julho	779
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO CIVIL	793
ÍNDICE-SUMÁRIO	853
SUMÁRIO	873